

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT10.001

AÇÕES DO NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO E ESTUDANTIL NA UDESC PARA A PERMANÊNCIA E APRENDIZAGEM DO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO SUPERIOR

Raquel Fröhlich¹
Márcia de Souza Lehmkuhl²
Valenttina Schmidt Bilhar³

RESUMO

O presente estudo tem como propósito refletir acerca das ações desenvolvidas pelo Núcleo de Apoio Pedagógico e Estudantil (NUAPE) da Universidade de Santa Catarina (UDESC) dos cursos de ciências humanas, desde sua implementação, bem como suas contribuições para a política de permanências dos estudantes da Universidade. A política educacional no Brasil está apoiada em discursos inclusivos, sendo balizada em determinações internacionais que propõem a universalização de acesso ao sistema regular de ensino, o que impacta o acesso, a permanência e a garantia de aprendizagem em todos os níveis de ensino. Para tanto, a pesquisa caracterizou-se de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e objetivo exploratório-descritivo. Os procedimentos metodológicos são do tipo bibliográfica e documental. Foram organizados em quatro etapas, sendo elas: análise de documentos legais e propositivos da educação e educação especial cotejando com a proposta vigente de organização do NUAPE; a verificação de registros dos atendimentos realizados com estudantes; o planejamento e organização das atividades do Núcleo; e as formações de seus integrantes, também os professores que atuam na universidade. O exame do material de pesquisa permite inferir que uma proposta de

1 Doutora pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS/RS. Professora do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, raquel.frohlich@udesc.br;

2 Doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, lehmkhms@gmail.com;

3 Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, bilhar-valenttina@gmail.com;

acesso, permanência e aprendizagem no ensino superior deve buscar as diferentes faces da aprendizagem, focando em um trabalho de acesso, de apoio pedagógico, de formação docente e de orientação nas diferentes possibilidades de ensino e de aprendizagem.

Palavras-chave: Núcleo de Apoio Pedagógico, Ensino Superior, Permanência, Acessibilidade, Acesso.

INTRODUÇÃO

A política educacional no Brasil tem avançado consideravelmente em direção a um discurso inclusivo, fundamentado por diretrizes e declarações internacionais que buscam a universalização do acesso ao sistema comum de ensino. Esse movimento é crucial, pois impacta diretamente a inclusão, a permanência e a garantia de aprendizagem de todas as pessoas em todos os níveis de ensino, promovendo uma educação mais equitativa e justa. Porém, tais avanços indicados nas políticas educacionais ainda produzem efeitos diferentes quando discutimos o acesso, a permanência e a aprendizagem de estudantes com deficiência no ensino superior.

Historicamente, a trajetória das pessoas com deficiência no Brasil foi marcada por exclusões severas. Até algumas décadas atrás, tais sujeitos eram frequentemente condenados à institucionalização em instituições públicas ou privadas pelo viés da filantropia, sendo privadas do direito à educação e, conseqüentemente, ao desenvolvimento pleno de suas potencialidades (JANUZZI, 2006). Essa realidade começa a mudar a partir da implementação de políticas educacionais inclusivas, internacionais e nacionais, que visam garantir o acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação básica. Como exemplo dessas políticas, podemos citar a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394 (BRASIL, 1996), a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2007), a Política Nacional e Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI (BRASIL, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão – LBI (BRASIL, 2015). Tais dispositivos normativos indicam, de diferentes formas, a garantia dos processos de escolarização na rede comum de ensino, bem como a oferta de atendimento educacional especializado para estudantes com deficiência. Esses encaminhamentos que indicavam a universalização de acesso e garantia de permanência na educação básica começam a ser incorporados de maneira mais tardia no ensino superior.

Nozu, Bruno e Cabral (2018) indicam que mudanças relacionadas ao ingresso no ensino superior, a partir dos anos 1990, possibilitaram iniciativas específicas em relação ao acesso de estudantes com deficiência em universidades.

Ao longo dos anos de 1990, os Planos Plurianuais (PPAs) e os Planos Nacionais de Educação (PNEs) são rediscutidos e as modalidades de ingresso ao Ensino Superior passam a ser colocadas em ques-

ção, tendo em vista tanto o aumento do número de conclusões no Ensino Médio, quanto os mecanismos seletivos subsequentes a percursos escolares deficitários no âmbito da Educação Básica. Esse movimento dialogaria com os preceitos da “Declaração Mundial Sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação” (Unesco, 1998) e, naquele contexto, algumas iniciativas voltadas especificamente à promoção do acesso e permanência de estudantes [público-alvo da educação especial] no Ensino Superior eram já identificadas em instituições como: Universidade Federal do Paraná, em 1991; Universidade Estadual do Oeste do Paraná e Universidade Estadual de Campinas, em 1992; Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1993; e Universidade de São Paulo, em 1994 (Cabral, 2017). (NOZU; BRUNO, CABRAL, 2018, p. 106).

Mesmo com iniciativas incipientes de acesso de pessoas com deficiência na educação superior desde a década de 1990, é somente a partir dos anos 2000 que a perspectiva inclusiva começa a ser incorporada nesse nível educacional. Nozu, Bruno e Cabral (2018) salientam que a partir dos anos 2000 diferentes estratégias e recursos destinaram-se ao público da educação especial como forma de prover acesso, permanência e sucesso acadêmico dessa população nos espaços universitários. De forma bem específica, podemos destacar o Programa de Acessibilidade na Educação Superior – Programa Incluir (BRASIL, 2005). O Programa Incluir fomentou ações para a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. Destacamos a relevância desse programa que foi, junto com a implantação da PNEEPEI (BRASIL, 2008) e a LBI (BRASIL, 2015), essencial para a regulamentação e para a garantia de acesso e a permanência de pessoas com deficiência a maiores níveis de educação.

Diante desse breve panorama e como forma de continuar a discussão sobre inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, o objetivo deste texto refletir acerca das ações desenvolvidas pelo Núcleo de Apoio Pedagógico e Estudantil (NUAPE) da Universidade de Santa Catarina (UDESC) dos cursos de ciências humanas, desde sua implementação, bem como suas contribuições para a política de permanências dos estudantes da Universidade. O NUAPE tem se destacado, no âmbito da referida universidade, como uma iniciativa fundamental na atuação sistemática e individualizada, promovendo o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e focando no processo de ensino e aprendizagem. Sua atuação não se limita apenas ao atendimento direto aos alunos; o núcleo também realiza orientações pedagógicas e investe na formação con-

tinuada de professores, criando um ambiente educacional mais preparado e sensível às necessidades dos estudantes com deficiência.

Além disso, o núcleo desempenha um papel importante na conscientização da comunidade acadêmica sobre a importância da inclusão e da acessibilidade. Realiza campanhas, oficinas e palestras que visam disseminar informações e promover uma cultura de respeito e aceitação das diferenças. Dessa forma, entendemos que a inclusão não se limita ao acesso físico ao ambiente educacional; ela envolve uma série de adaptações curriculares e pedagógicas que visam garantir que todos os alunos possam participar plenamente das atividades acadêmicas.

O texto que segue está organizado da seguinte forma: a próxima seção apresenta as definições metodológicas deste estudo que se caracteriza como uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e objetivo exploratório-descritivo. Os procedimentos metodológicos incluem a análise de documentos legais e propositivos da educação e da educação especial, verificação de registros de atendimentos, planejamento das atividades do núcleo e formação contínua de seus integrantes e dos professores da universidade. Na sequência, apresentamos os resultados e discussões que indicam que as ações do NUAPE contribuem para a efetivação de uma educação inclusiva na UDESC, através da concretização de ações que envolvem o acesso, o apoio pedagógico e a formação docente. Nas considerações finais ressaltamos a importância do apoio pedagógico focado no ensino e aprendizagem, como também na formação continuada de professores como política de permanência e inclusão dentro da universidade.

METODOLOGIA

O presente texto é resultado de uma pesquisa realizada de natureza aplicada e com abordagem qualitativa e objetivo exploratório-descritivo. Conforme Gerhardt e Silveira (2009, p. 35) a pesquisa aplicada “objetiva gerar conhecimentos para a aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”. A abordagem qualitativa se refere aos aspectos da realidade e centra suas discussões na descrição, explicação e compreensão de dinâmicas das relações sociais, produzindo novas informações acerca do fenômeno estudado (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). O objetivo exploratório-descritivo permite dar maior visibilidade ao fenômeno através da

descrição do mesmo. Assim, importa destacar que a pesquisa realizada envolve a descrição e a análise de um contexto bem específico, a saber: o NUAPE da UDESC.

Criada em 1965, a UDESC tem uma estrutura multicampi e possui 13 centros distribuídos em dez cidades de Santa Catarina – além de cerca de 30 polos de apoio presencial para o ensino à distância em parceria com a Universidade Aberta do Brasil – UAB. Atualmente, a UDESC possui cerca de 14 mil estudantes matriculadas em mais de 60 cursos de graduação, presenciais e à distância.

O Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED, situada em Florianópolis/SC, foi criada em 1963 como Faculdade de Educação, e se constituiu como a primeira do gênero no Brasil amparada na Lei de Bases de 1961, vindo a dar origem à UDESC, em 1965. Atualmente, a FAED oferta os cursos de graduação em Pedagogia, de Biblioteconomia, Geografia (Licenciatura e Bacharelado) e História (Licenciatura e Bacharelado). Além desses, a FAED conta com 5 programas de Pós-Graduação, ofertando 8 cursos entre mestrados acadêmicos, mestrados profissionais e doutorados nas áreas vinculadas aos cursos de graduação.

O NUAPE se constitui em um núcleo de apoio pedagógico e estudantil que está situado e atua especificamente na FAED. O NUAPE responde administrativamente à direção geral da FAED e possui normativas específicas, que indicam sua organização e funcionamento, articulando ações que envolvem os diferentes cursos da FAED.

Para a realização da pesquisa nessas características, o procedimento metodológico utilizado foi a análise documental que envolve, respectivamente, “[...] fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico [...]” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 37). Nesse sentido, foram analisados documentos legais e propositivos da educação e da educação especial, registros de atendimentos, planejamento das atividades do NUAPE e registros de formação continuada de seus integrantes e dos professores da universidade. A análise dos documentos ocorreu em quatro etapas distintas. A primeira etapa consistiu na análise de documentos legais e propositivos da educação e da educação especial, em comparação com a proposta vigente de organização NUAPE. Essa análise buscou identificar as diretrizes que fundamentam a inclusão e a permanência de estudantes com deficiência no ensino superior.

A segunda etapa envolveu a verificação de registros dos atendimentos realizados com estudantes dos cursos de pedagogia, história, geografia e

biblioteconomia do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), coletados semestralmente ao longo do ano de 2023. Essa verificação permitiu uma compreensão mais aprofundada das práticas e dos serviços oferecidos pelo NUAPE.

A terceira etapa contemplou a verificação do planejamento e da organização das atividades desenvolvidas pelo Núcleo, investigando como essas iniciativas se alinham às necessidades dos estudantes e às diretrizes de inclusão.

Por fim, a quarta etapa focou nas formações oferecidas aos integrantes do NUAPE e aos professores que atuam na universidade, analisando como essas formações contribuem para a capacitação e sensibilização em relação às práticas inclusivas.

Essas etapas, em conjunto, possibilitaram uma análise abrangente das ações do NUAPE, que envolvem o atendimento aos acadêmicos bem como a construção de um processo formativo permanente. Assim, é possível pensar que o funcionamento do NUAPE contribui para a política de permanência dos estudantes na universidade, promovendo uma reflexão crítica sobre a inclusão no contexto do ensino superior.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Podemos afirmar que a educação inclusiva está presente de forma sistemática nas políticas públicas. Isso se relaciona de forma direta à garantia de direitos e ao exercício da democracia, pressupostos estes que se encontram sob constante disputa a partir de influências e marcadores de diferentes ordens e que impactam na universalização do acesso à educação. Nozu, Bruno e Cabral (2018) indicam que

A perspectiva inclusiva atual tem se apresentado, de modo polisêmico, como elemento legítimo e recorrente na agenda das políticas públicas contemporâneas, articulando-se, principalmente, aos corolários dos direitos humanos e da democracia, num complexo jogo de influências globais- locais, ideológicas, econômicas, sociais e culturais que incide diretamente na democratização do acesso a todos os níveis de ensino do sistema educacional brasileiro. (NOZU; BRUNO, CABRAL, 2018, p. 106).

Assim, as diferentes políticas, nacionais e internacionais, que versam sobre a educação inclusiva, produzem diferentes efeitos no que se refere ao entendi-

mento, à garantia de recursos e à implantação de estratégias para a efetivação e processos inclusivos. Garcia (2008) indica que as políticas de inclusão brasileiras são interpretadas frequentemente como sinônimos de acessibilidade, influenciadas de forma substancial pelas políticas internacionais. Kassar, Arruda e Benatti (2007) destacam alguns desses acordos internacionais, como Declaração de Jomtien sobre a Educação para Todos (UNESCO, 1990), a Declaração de Salamanca sobre os Princípios, Políticas e Práticas na área das Necessidades Educativas, Especiais (UNESCO, 1994), a Declaração de Guatemala para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas Portadoras de Deficiência (OEA, 1999) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2007) e indicam que tais políticas atribuem à educação a educação o papel “salvacionista” de solucionar os problemas sociais, de forma isolada e não universal, o que resulta apenas no acesso, sem o foco na permanência.

Os autores também destacam que ao criar políticas de inclusão cria-se o entendimento da existência de uma população excluída, relacionando às discussões sobre vulnerabilidade social e marginalização. Desta forma as políticas de inclusão são criadas de forma fragmentada e focalizada, disseminando os ideais neoliberais com políticas focais. Em tempos de neoliberalismo entendemos a população excluída no sistema capitalista como “uma ‘exclusão’ funcional ao sistema. As políticas de inclusão não superam essa exclusão/inclusão fundante no capitalismo, [...], apenas colaboram para o ‘ajustamento’ ou ‘acomodamento’ da relação entre capital e trabalho” (KASSAR; ARRUDA; BENATTI, 2007, p. 22). Assim, ao sobrepôr a estrutura social excludente, as políticas educacionais neoliberais fortalecem a exclusão por estarem organizadas em uma sociedade que tem em sua natureza a exclusão (GARCIA, 2008, p. 21).

Bueno (2008) também pontua que cada vez mais o termo inclusão escolar tem sido utilizada de forma genérica, em documentos nacionais e internacionais, o que tem acarretado numa mudança referente ao papel da escola, não mais voltado ao conhecimento, mas sim ao social. A polissemia e quase que “banalização” do termo inclusão tem fragilizado a potência política do mesmo, no que se refere à construção de outras práticas pedagógicas que se ocupam, efetivamente, para a garantia de direitos no que se refere ao acesso ao conhecimento.

Ressaltamos que ao defendermos proposições inclusivas, precisamos debater, para além do acesso e socialização, o ensino de qualidade e a garantia

de aprendizagem. E tais discussões inferem na necessidade de problematizar o conceito de acessibilidade.

O conceito de acessibilidade está disposto na LBI (BRASIL, 2015), no artigo 3º, a saber:

I- acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; (BRASIL, 2015, sem paginação).

É importante ressaltar que o conceito de acessibilidade, disposto na referida lei, é relevante e pertinente. Conforme disposto na LBI (BRASIL, 2015) o próprio termo acessibilidade está diretamente vinculado a um conceito instrumental, à eliminação de barreiras, tanto arquitetônicas quanto de comunicação, não somente para pessoas com deficiência, mas para todas as pessoas. Nesse sentido, poderíamos compreender os processos de inclusão como garantia de acesso; ou seja, ao garantir instrumentos, recursos e espaços acessíveis os processos de inclusão estariam garantidos.

Porém, ao se tratar de processos educacionais (e que ultrapassam o acesso aos espaços ou ao uso de recursos), compreendemos que, por si só, a oferta de recursos acessíveis não garante processos educacionais inclusivos. Queremos demarcar que os processos de inclusão ultrapassam a garantia de acessibilidade, de diferentes ordens, e devem, obrigatoriamente, se ocupar da construção de aprendizagens. Com esse entendimento, questionamos: A acessibilidade sozinha resolve a questão do acesso e permanência no ensino superior? Ela garante que há condições para a apropriação dos conhecimentos? Entendemos que a acessibilidade é importante, incorpora a sociedade e a educação, mas não resolve uma questão que é ampla e complexa. De certa forma, podemos indicar que a acessibilidade, embora muitas vezes vista como, não é sinônimo de educação especial, mas sim de uma perspectiva política que não equivale, mas atinge uma população excluída pelo capital.

Tais discussões apresentadas, mesmo que de forma breve, no que se refere ao contexto das políticas educacionais inclusivas marcadas pelo neoliberalismo e pelo sistema capitalista, bem como conceito de acessibilidade, permitem

demarcar questões que atravessam a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. Conforme Lima e Carmo (2023)

a presença das pessoas com deficiência nos diversos espaços, inclusive no ensino superior, impulsiona e provoca mudanças, adaptações e transformações e, espera-se que elas ocorram e viabilizem a ampliação do número de estudantes e promovam a sua permanência na universidade. (LIMA; CARMO, 2023, p. 1139).

Nesse sentido, discutir a inclusão no ensino superior ultrapassa a oferta e ampliação de vagas, mas implica na organização de estratégias e produção de práticas que visam a permanência e sucesso acadêmico. Figueiredo et al (2011) indicam que

a educação superior também tem passado por transformações estruturais importantes, como, por exemplo, a implantação do sistema de cotas para alunos de escolas públicas, negros e/ou com deficiências. Esse novo cenário exige esforços para garantir a permanência, com qualidade, desses segmentos nas universidades brasileiras. Afinal, "acessar o ensino superior não garante o acesso ao saber". (FIGUEIREDO et al, 2011, p. 188).

Corroborando com essa discussão, Faria et al (2021) indicam que é urgente a necessidade de buscar alternativas que visam à superação histórica de elitismo e exclusão que constituiu o ensino superior no Brasil. Nas palavras dos autores,

frente à pungente realidade contemporânea do ensino superior público brasileiro, é imperativo buscar novas formas de reflexão e de ação que visem o enfrentamento a esse estado de coisas com vistas à sua transformação, tendo em vista a real inclusão, que abrange não somente o acesso, mas também a permanência e, sobretudo, o sucesso, ou seja, a aprendizagem de todos e de cada estudante. A história educacional brasileira recente revela vários incentivos que buscaram minimizar/superar barreiras e permitir melhores condições de acesso, permanência e aprendizagem a todos os estudantes; dentre esses dispositivos equitativos, pode-se citar a criação de sistemas de cotas, vestibulares diferenciados, programas de acompanhamento e monitoria pedagógica, além dos núcleos de apoio às pessoas com deficiência. Entretanto, atualmente se impõe um novo cenário político-econômico, no qual a dificuldade na manutenção de ações e estratégias de apoio diferenciado e o acesso a verbas e recursos se mostram desafiantes à perspectiva de uma educação efetivamente inclusiva. (FARIA et al, 2021, p. 02).

Nessa perspectiva de viabilizar o acesso e permanência no ensino superior de forma mais equânime, destacamos o Programa Incluir (BRASIL, 2005) e a PNEEPEI (BRASIL, 2008), que são os documentos referência em relação a educação inclusiva no ensino superior. O Programa Incluir (BRASIL, 2005) financiou a criação e o funcionamento dos núcleos de acessibilidade nas instituições federais de ensino superior. Por sua vez, a PNEEPEI (BRASIL, 2008) fortalece os encaminhamentos do Programa Incluir (BRASIL, 2005), indicando que as IES precisam se envolver no planejamento e organização de recursos afim de promover acessibilidade arquitetônica, nos sistemas de informações, na comunicação e nos materiais pedagógicos, além de processos seletivos e atividades de ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, ambos documentos possibilitaram a criação de núcleos de acessibilidade, para garantir o acesso e permanência de pessoas com deficiência nas instituições de ensino superior.

A partir desses encaminhamentos legais no que fazem referência à inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior, apresentamos uma proposta de núcleo, que utiliza estratégias como o apoio pedagógico e o suporte didático-pedagógico aos professores e estudantes das IES, como forma de redução da exclusão acadêmica. Entendemos que uma proposta de núcleo de acessibilidade no ensino superior precisa se preocupar com os processos de aprendizagem dos estudantes, bem como com a formação inicial e continuada dos professores que atuam na universidade.

Apresentamos a organização de um Núcleo de Apoio Pedagógico e Estudantil (NUAPE) organizado na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), especificamente no Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), como uma abordagem sistemática e integrada às necessidades destes estudantes. O Conselho Universitário (CONSUNI) da UDESC aprovou, em 2009, a Resolução nº 017 que regulamenta a política de inclusão dentro da universidade, mostrando uma preocupação com a educação na perspectiva inclusiva. A referida resolução indica o termo inclusão como processo que se realiza de forma sistemática e intencional focando no acesso à universidade por pessoas que, por seus atributos identitários, foram excluídas e historicamente privadas deste acesso, abrindo portas para um público além da educação especial.

Em conjunto a isso, a UDESC cria o Comitê de Articulação das Ações de Inclusão, como um espaço de debate sobre propostas e criação de políticas na perspectiva inclusiva, de forma permanente. O Comitê indicou a criação de núcleos setoriais, afim de trazer encaminhamentos mais completos sobre a

necessidade de cada centro, como também auxiliar nos debates. Cria-se então o Núcleo de Acessibilidade Educacional (NAE), aprovado em outubro de 2018 pela Resolução nº 50 do CONSUNI, funcionando através de um vínculo com a Pró-reitoria de Ensino. O NAE tem em sua proposta o acompanhamento educacional das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, e também das pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NEE), que estudam na UDESC. Seguindo a regulamentação os demais centros da universidade desenvolvem seus próprios núcleos setoriais.

Porém, antes mesmo da organização e instalação de políticas institucionais na UDESC, a Direção Geral do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) cria, em 2016, o Núcleo de Apoio Pedagógico e Estudantil (NUAPE).

O NUAPE se estabelece como um espaço de referência para o apoio pedagógico, buscando não apenas facilitar o acesso, mas também garantir a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes. Com base na resolução que regulamenta o NUAPE (UDESC, 2020), uma das funções do núcleo é a oferta do atendimento pedagógico aos estudantes com deficiências dos cursos de biblioteconomia, pedagogia, geografia e história. Além disso, o NUAPE realiza atendimentos pedagógicos de acadêmicos que apresentam transtornos psiquiátricos e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), reconhecendo a diversidade das necessidades presentes na comunidade acadêmica, para além do público da educação especial.

No primeiro semestre de 2023, foram atendidos trinta estudantes pelo apoio pedagógico do NUAPE. Dos trinta estudantes atendidos, dezesseis deles receberam atendimento de forma individualizada, com professoras do departamento de Pedagogia, que possuem carga horária específica para isso. Os demais quatorze estudantes foram acompanhados por meio de orientações aos professores e também com adequações para o acesso ao currículo.

Uma das características mais significativas do NUAPE é a sua abordagem centrada no estudante, que considera as especificidades e as necessidades de cada pessoa. O acompanhamento é realizado em todas as etapas da trajetória acadêmica, permitindo uma intervenção mais eficaz e personalizada (SOUSA; KINCHESCHI, 2022). Essa individualização do apoio pedagógico é essencial para que os estudantes se sintam acolhidos e compreendidos em suas singularidades, promovendo um ambiente mais inclusivo.

Além do suporte direto aos alunos, o NUAPE desempenha um papel fundamental na formação dos docentes da FAED. Através de orientações pedagógicas e de acessibilidade, o núcleo promove a capacitação continuada dos professores, promovendo palestras e cursos extracurriculares, como cursos anti-violência e LIBRAS, que atendem à demanda tanto de estudantes quanto de docentes. Essas atividades são realizadas para fomentar uma discussão crítica sobre práticas pedagógicas inclusivas e para sensibilizar os educadores sobre a importância de um ensino que realmente acolha a todos.

Durante o primeiro semestre de 2023, foram atendidos estudantes com deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência intelectual, deficiências múltiplas, altas habilidades/superdotação, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade e transtornos psiquiátricos. Conforme apontam Kraemer e Klein (2022), a organização de propostas que atendam às peculiaridades dos estudantes e promovam debates sobre inclusão no ensino superior é essencial para a construção de uma cultura inclusiva e para a efetivação de políticas de inclusão.

Os dados coletados neste estudo indicam que o NUAPE não apenas contribui para a inclusão de estudantes com deficiência na UDESC, mas também atua como um agente de transformação cultural dentro da instituição. Evidenciamos que uma abordagem integrada, que considere tanto o apoio ao estudante quanto a formação do professor, é fundamental para garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso acadêmico desses alunos, reafirmando o compromisso da UDESC com a inclusão e a diversidade.

Entendemos que ao pensar políticas de permanência no ensino superior com uma perspectiva inclusiva é necessário pensar na formação dos docentes e discentes, é necessário pensar em meios de acesso ao conhecimento acadêmico, também em sua incorporação na prática docente. Temos a compreensão que para o acesso e a permanência é essencial que se tenha o foco no desenvolvimento dos conhecimentos e no atendimento das especificidades de aprendizagem.

Em todas as ações do NUAPE se perpetua o processo formativo, tanto para professores quanto para estudantes, nas questões de apoio pedagógico, nas necessidades educacionais especiais, na formação continuada no campo da educação especial e também em situações de vulnerabilidade. Para chegar a uma educação inclusiva afetiva é necessário que tenhamos debates sobre os

processos formativos e sobre as formas de ensino e aprendizagem dos discentes e docentes universitários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste texto foi refletir acerca das ações desenvolvidas pelo Núcleo de Apoio Pedagógico e Estudantil (NUAPE) da Universidade de Santa Catarina (UDESC) dos cursos de ciências humanas, desde sua implementação, bem como suas contribuições para a política de permanências dos estudantes da Universidade. Para tanto, realizamos, metodologicamente, uma pesquisa de abordagem qualitativa, e de análise documental.

Para isso, trouxemos o contexto das proposições políticas na área da educação especial no Brasil, aferindo com documentos voltados ao ensino superior. Destacamos que as políticas de educação brasileiras têm um viés voltado para a democratização do acesso à educação através da perspectiva inclusiva. Em outras palavras, a instalação de políticas educacionais inclusiva no Brasil permite que diferentes pessoas tenham acesso à educação e, nessa discussão, ao ensino superior, e por conseguinte, um sentimento de pertencimento ao sistema educacional brasileiro independente de condições sensoriais, físicas e cognitivas. Embora haja avanços através do acesso, a organização das políticas inclusiva focaliza em categorias e se sobrepõem aos documentos normativos. Bueno (1993) e Garcia (2008) nos indicam como estas políticas tentam ocultar as diferenças de classes, se sobrepondo a estrutura excludente proveniente do neoliberalismo, o que acaba por excluir ainda mais.

Em relação ao processo de inclusão no ensino superior, entendemos que os estudantes estão avançando em seu nível de educação, mas não estão nesse espaço apenas para a socialização. Esse entendimento pode estar atrelado a própria condição polissêmica da palavra inclusão disposta nas diferentes políticas nacionais e internacionais, bem como à sua relação quase que naturalizada com o conceito de acessibilidade. Compreendemos e reafirmamos que os processos de inclusão não se efetivam, apenas, com a oferta de recursos de acessibilidade e, por isso precisamos discutir as práticas individualistas, capacitistas e meritocráticas no ensino superior.

Como forma de apresentar outras práticas de inclusão no ensino superior, optamos por apresentar uma proposta de um núcleo de apoio pedagógico,

desde sua criação até o seu funcionamento dentro da universidade pública, mais especificamente estadual em Santa Catarina.

Apesar das ações desenvolvidas pelas propostas do Programa Incluir (BRASIL, 2005) que disponibiliza recursos acessíveis específicos, tais ações se mostram insuficientes para alcançar a complexidade do desenvolvimento da educação especial no ensino superior. Os núcleos de acessibilidade no ensino superior ainda carecem de um regramento específico e de discussões pedagógicas aprofundadas sobre as ações que esses núcleos devem implementar, como o foco nas diferentes formas de aprendizagem, no acesso, no apoio pedagógico, de formação e orientação docente em relação as diversas possibilidades de ensino e aprendizagem.

Neste cenário, o Núcleo de Apoio Pedagógico e Estudantil (NUAPE) se destaca como uma iniciativa de vanguarda, atuando por meio do apoio pedagógico e da formação docente. Suas atividades são voltadas para promover o diálogo e a reflexão sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, contribuindo para a construção de um ambiente acadêmico mais acolhedor e inclusivo.

Entendemos que, para que as políticas de inclusão sejam verdadeiramente efetivas, é fundamental que sejam desenvolvidas com foco não apenas no acesso, mas também na permanência dos estudantes. Isso implica a necessidade de um suporte pedagógico robusto, que inclua a formação inicial e continuada do corpo docente, bem como orientações sobre as diversas formas de ensino e aprendizagem que atendam às especificidades de cada estudante.

Além disso, os resultados da pesquisa abrem espaço para futuras investigações na área, sugerindo a necessidade de novas pesquisas que explorem as práticas e desafios enfrentados por núcleos como o NUAPE, bem como o impacto dessas práticas na experiência acadêmica dos estudantes com deficiência. O diálogo com as análises apresentadas ao longo do estudo é crucial para a construção de um conhecimento mais sólido e para a formulação de políticas públicas que realmente atendam às demandas da inclusão no ensino superior. Assim, a continuidade dessas discussões e a ampliação das investigações são essenciais para avançar na construção de um sistema educacional que promova a equidade e o respeito à diversidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

BRASIL, Ministério da Educação. **Programa Incluir**: acessibilidade à Educação Superior. Brasília: MEC, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira**: integração/segregação do aluno diferente. Educ., 1993.

BUENO, José Geraldo Silveira. As políticas de inclusão: uma prerrogativa da educação especial? In: BUENO, José Geraldo Silveira; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; SANTOS, Roseli Albino dos. **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise**. Brasília: Junqueira & Marin, 2008.

FARIA, Paula Maria Ferreira de et al. Inclusão no ensino superior: possibilidades docentes a partir da Teoria Histórico-Cultural. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 27, e35389, 2021. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-04312021000100106&lng=pt&nrm=iso>. Epub 18-Fev-2021. <https://doi.org/10.26512/lc.v27.2021.35389>.

FIGUEIREDO, Arlete Carvalho, et al. Acessibilidade e vida universitária: pontuações sobre a educação inclusiva. In: SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. (Org.). **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos**[online]. Salvador: EDUFBA, 2011.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Políticas inclusivas na educação: do global ao local. In: BATISTA, Cláudio Roberto; CAIADO, Karla Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles de. **Educação especial: diálogos e pluralidade**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). **Métodos de pesquisa**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2009.

JANNUZZI, Gilberta. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2006.

KASSAR, Monica C. M.; ARRUDA, Elcia. E.; SANTOS-BENATTI, Marielle. Políticas de inclusão: o verso e o reverso de discursos e práticas. In: JESUS, Denise Meirelles. (Org.). **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. Porto Alegre: Mediação, 2007.

KRAEMER, Graciele Marjana; KLEIN, Rejane Ramos. INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS À FORMAÇÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA. In.: LEHMKUHL, Márcia de Souza; FRÖHLICH, Raquel (Orgs.). **Inclusão no Ensino Superior: políticas, práticas e formação de professores na FAED/UEDESC**. Campo Grande: Editora Inovar, 2022.

LIMA, Aleska Trindade; CARMO, Maria Andréa Angelotti. Acessibilidade e inclusão no ensino superior: experiências e desafios à permanência de pessoas com deficiência. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 1132–1150, 2023. DOI: 10.14393/REPOD-v12n3a2023-68708. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/68708>

NOZU, Washington Cesar. Shoiti.; BRUNO, Marilda Moraes Garcia; CABRAL, Leonardo Santos Amâncio. Inclusão no Ensino Superior: políticas e práticas na Universidade Federal da Grande Dourados. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. spe, p. 105–113, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/n4ZQnWfkYt7W3YSrh3VMpmt/abstract/?lang=pt#>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Convenção Internacional sobre os Direitos das pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Assinado em Nova York em 30 de março de 2007**. Disponível em : https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS – OEA. **Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiências**. Guatemala, 1999. Disponível em: <https://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/a-65.htm>

SOUSA, Gustavo Rugoni de; KINCHESCKI, Ana Paula de Souza. ENTRE DESAFIOS E POSSIBILIDADES: INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR EM TEMPOS DE PANDEMIA (NUAPE/FAED/UDESC). In.: LEHMKUHL, Márcia de Souza; FRÖHLICH, Raquel (Orgs.). **Inclusão no Ensino Superior: políticas, práticas e formação de professores na FAED/UDESC**. Campo Grande: Editora Inovar, 2022.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien: UNESCO, 1990, não paginado. Disponível em: <https://bit.ly/3oHHF02>.

UNESCO. **Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. UNESCO, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>.

UDESC. Universidade do Estado de Santa Catarina. Conselho Universitário. **Resolução nº 017. Cria e regulamenta a política de inclusão na UDESC**. Santa Catarina, 2009. Disponível em: <https://www.secon.udesc.br/consuni/resol/2009/017-2009-cni.pdf>

UDESC. Universidade do Estado de Santa Catarina. Conselho Universitário. **Resolução nº 050. Regulamenta a constituição e funcionamento do Núcleo de Acessibilidade Educacional da UDESC**. Santa Catarina, 2018. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/id_cpmenu/7082/Resolu__o_Consuni_NAE_1573_7581474758_7082.pdf